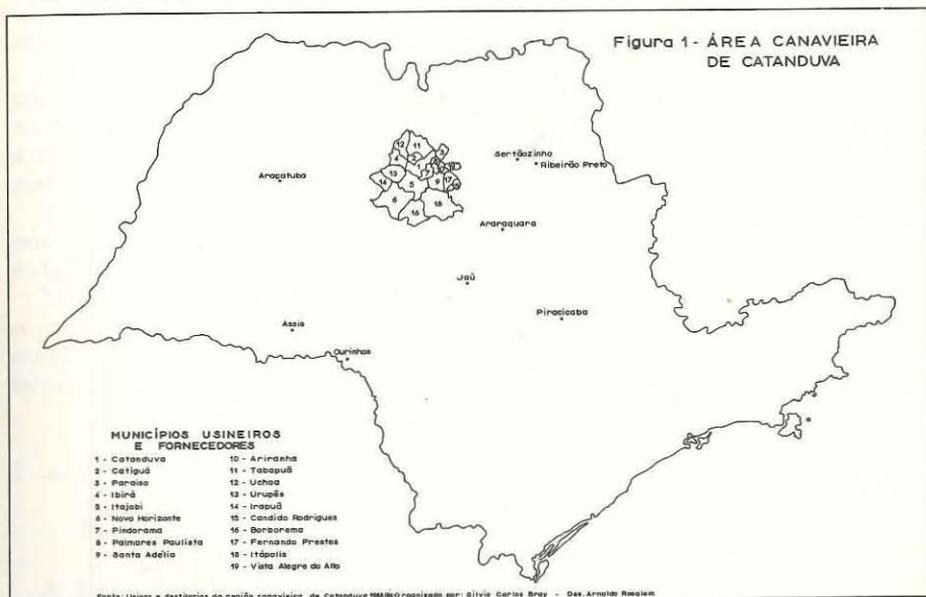


As políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional Alcool e suas influências na área açucareira - alcooleira de Catanduva:

SÍLVIO CARLOS BRAY*

O presente trabalho teve por objetivo, analisar as questões, entre a agricultura canavieira e o Estado Nacional, principalmente através das influências dos decretos e políticas agrícolas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional do Alcool, num setor açucareiro/alcooleiro de estruturação recente denominada de Área Canavieira de Catanduva.

O enfoque principal da pesquisa, foi o de verificar através dos estudos das agro-indústrias de açúcar e álcool, os reflexos do planejamento da agro-indústria canavieira nacional, na produção do espaço rural canvieiro em estudo nas últimas décadas.



* Departamento de Planejamento Regional, IGCE, UNESP — Rio Claro.

TABELA 1

AS AGRO-INDÚSTRIAS DE AÇÚCAR E ALCOOL DA ÁREA CANAVIEIRA DE CATANDUVA

Usinas e Destilarias:	Ano da Fundação:	Municípios:
São Domingos	1952	Catanduva
Catanduva	1952	Catanduva (atualmente Ararinha)
Cerradinho (antiga Romão)	1963	Catanduva
São José da Estiva (ex-Usina Chibarro de Araraquara)	1963	Novo Horizonte
Colombo	1976	Ararinha
Nardini	1978	Vista Alegre do Alto
Itajobi (Destil.)	1980	Itajobi
Santa Isabel	1981	Novo Horizonte

FONTE: — I.A.A. e PNA.

Para a realização do trabalho proposto, procuramos dividir o mesmo em quatro itens básicos, para chegarmos a uma explicação sobre as Influências das Políticas do IAA e do PROÁLCOOL na formação e consolidação da área em estudo e das condições atuais das agro-indústrias.

No primeiro, analisamos a fundação das quatro usinas de açúcar e álcool existentes, através do contexto das políticas do IAA em função da expansão do mercado interno de açúcar na década de 50 e a abertura para o mercado externo do produto após a década de 60.

No segundo, abordamos um período de 5 anos — 1971 a 1975 — que correspondeu ao maior impacto da modernização do setor açucareiro nacional, em virtude do “boom” da exportação do açúcar e ao mesmo tempo, a crise que abalou esse período, com a queda do preço do açúcar no mercado exterior.

No terceiro, enfocamos o surgimento do Programa Nacional do Alcool pós 75 — nas suas duas fases — com a implantação das destilarias anexas e das novas destilarias autônomas.

No quarto, partimos do estudo das agro-indústrias na área, abordando o monopólio das terras e da produção pelos grupos usineiros, e a diminuição gradativa da participação dos fornecedores, além do aumento das terras arrendadas pelos grupos usineiros.

I — O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ÁREA AÇUCAREIRA E ALCOOLEIRA DE CATANDUVA: A IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS USINAS DE AÇÚCAR E ALCOOL.

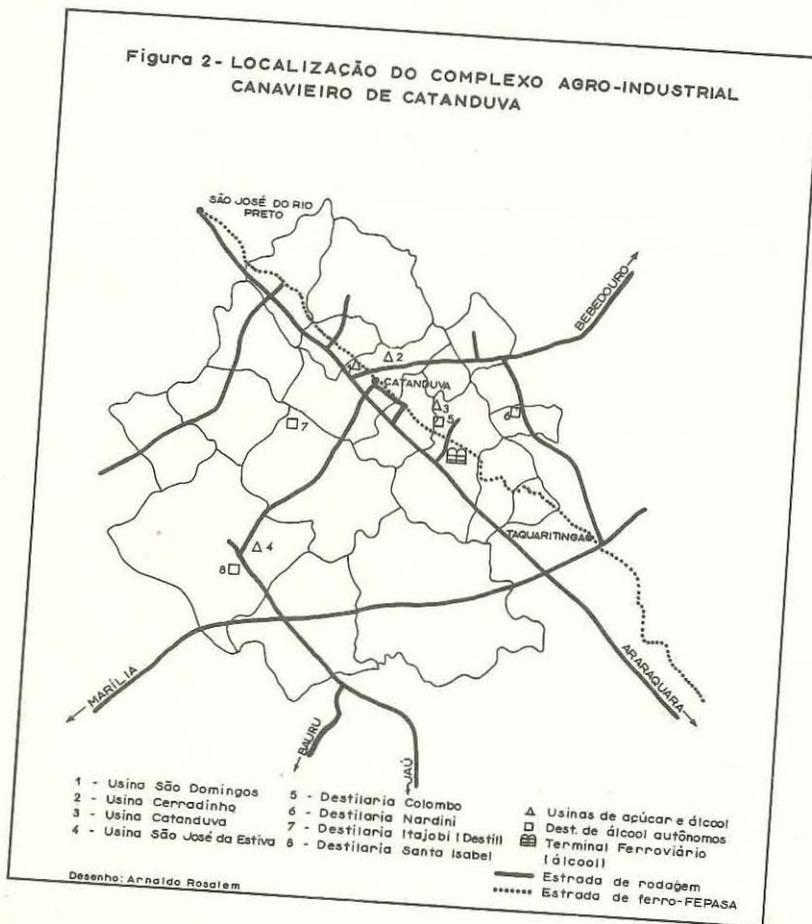
A área canvieira de Catanduva começou a se estruturar no início da década de 50, com a fundação de duas usinas de açúcar e álcool nos anos de 1952 e 1953, no município de Catanduva.

A área canvieira de Catanduva, localiza-se no Médio Planalto Ocidental Paulista, no setor Centro-Norte do Estado, denominado de Média Araraquarense. Esse complexo agro-industrial canvieiro, açucareiro e alcooleiro de Catanduva, é constituído por 19 municípios usineiros e fornecedores, conforme figura n.º 1.

Entretanto, apesar das primeiras usinas de açúcar e álcool terem iniciado suas implantações nessa região canvieira, no início dos anos 50 (Tabela n.º 1), a área em estudo só se estruturou de fato, a partir da segunda metade da década de 70, através da fundação das novas destilarias autônomas, a partir da criação do PROÁLCOOL.

A área de Catanduva é considerada o sexto núcleo canvieiro do Estado de São Paulo a se consolidar, após as regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto/Sertãozinho, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema.

Atualmente, a região canvieira de Catanduva é constituída por 4 usinas de açúcar e álcool e 4 destilarias autônomas de álcool, conforme a Tabela n.º 1 e figura n.º 2.



Nessa época, o Estado de São Paulo possuía além da importante e tradicional área Canavieira de Piracicaba na Depressão Periférica, mais duas novas áreas açucareiras alcooleiras do Planalto Ocidental: a de Ribeirão Preto e a de Araraquara. Além dessas, duas áreas se consolidavam: a de Jaú e a do Vale do Paranapanema.

De acordo com Szmrecsanyi (1978) "a década de 1950 transcorreu sob o signo da expansão, da agro-indústria canavieira no Brasil. Essa expansão foi determinada em boa parte pela crescente demanda do mercado interno, devido aos efeitos de uma intensa industrialização e urbanização no centro-sul do país. Esse crescimento da produção açucareira superou amplamente o seu consumo, e fez com que o país voltasse a figurar entre os grandes exportadores do produto. Essa expansão da agro-indústria açucareira foi acompanhado e promovido pelo I.A.A."

Em fevereiro de 1951, Szmrecsanyi (1978) mostra que o IAA divulgou a Resolução n.º 501, fixando novas normas para a expansão da produção açucareira do país. Essa resolução baixada às vésperas do governo Vargas, previa que a maior parte dessa produção continuaria concentrada no nordeste, e que Pernambuco ainda seria, até a safra de 1956/57, o principal Estado produtor de açúcar. Embora, o maior reajuste em termos absolutos, tivesse sido concedido às usinas de São Paulo, e percentualmente, ao Estado do Paraná, parece inegável que a distribuição espacial que consta na Resolução n.º 501, substituiu as potencialidades de Centro-Sul. Através dessa resolução, o IAA aumentou em 10.000.000 a quota da produção de açúcar do país, cabendo a São Paulo 2.710.000 sacas, destinadas a atender o consumo interno com uma previsão até à safra de 56/57. A medida de caráter geral foi tomada, tendo em vista o aumento de consumo para satisfazer as necessidades do mercado interno.

Essa resolução do IAA também abriu perspectivas para a ampliação da produção açucareira fora das áreas tradicionais do Estado de São Paulo, sendo muito importante para o aparecimento das primeiras usinas na área de Catanduva, a oeste das zonas canavieiras de Ribeirão Preto e Araraquara. Sobre o assunto, o Sr. Fulvio Morganti (1951) na época vice-presidente da Associação dos Usineiros de São Paulo diz: "As novas fábricas deverão ser situadas em locais que não prejudiquem o fornecimento da matéria-prima e a natural expansão das usinas já em funcionamento, e em terras cuja fertilidade e produtividade em canas-de-açúcar, já tenham sido experimentados com bons resultados".

Com os incentivos do IAA e as pressões dos grupos usineiros das áreas tradicionais no deslocamento de novas usinas fora de concorrência da expansão monopolista de terras, surgiram as Usinas São Domingos e a Catanduva em 1952. A Usina São Domingos foi fundada no município de Catanduva sob a denominação de Sanches, Motta, Ltda., grupo local. Em maio de 1955, alterou sua razão social para Sanches & Cia. Ltda. Em fevereiro de 1961, transformou-se em sociedade anônima Usina São Domingos — Açúcar e Álcool S/A, continuando até os dias de hoje pertencente à família Sanches.

A outra usina fundada foi a Catanduva no ano de 1953 pelo grupo local Ruete de Oliveira que comprou o maquinário de fabricação Dedini, da Usina de Itapira. Atualmente localiza-se no município de Ariranha (antigo Distrito de Catanduva). Pertenceu ao grupo Ruete de Oliveira até 1971, sendo adquirida por mais de 100 acionistas da região.

Também gostaríamos de salientar nesse período, que a taxa de crescimento do consumo nacional, que desde 1939 foi de 4,9% ao ano, atingiu em 1951 a taxa de 6%. Com a ampliação do consumo de açúcar no mercado interno, o IAA baixou a Resolução n.º 647 de 6 de fevereiro de 1952, dando um novo reajuste no contingente global da produção açucareira do país, elevando para 36.700.000 de sacas, quantidade esta, que pelas projeções anteriores, só iria ser alcançada na safra de 1956/57. Esse aumento foi distribuído entre os Estados e Usinas de modo proporcional, aos limites anteriores da Resolução n.º 501.

A produção nacional de açúcar cresceu muito a partir do início da década de 50. De 24.800.000 sacas na safra de 1950/51, passou para 35.400.000, na safra de 1954/55. Na safra de 1956/57, a produção atingiu 37.500.000 sacas, sendo 33.500.000 para o mercado interno e 4.000.000 para exportação. A melhoria do mercado interno levou o IAA, através da Resolução n.º 1.284, de 20/12/1957, a elevar o contingente global das usinas do país para 47.700.000 sacas. A ampliação, deveria ser repartida entre as quotas das usinas proporcionalmente à maior produção alcançada, por cada uma delas, no quinquênio imediatamente anterior. Esse critério de repartição, acabou com a distribuição espacial da produção açucareira por Estados, tal como fora estabelecido anteriormente por decreto e resoluções. A partir dessa resolução passou a ocorrer a hegemonia da agro-indústria do centro-sul, e mais especificamente, das usinas de São Paulo. Mas o grande salto, ocorreu na safra de 1958/59, quando a produção nacional atingiu 53.700.000 sacas. A única solução a curto prazo foi mais uma vez, o de intensificar as exportações, que ia de encontro aos interesses do governo federal, para cobrir o valor das importações do país (Szmrezamyi, 1978).

Na época, o único mercado que as exportações brasileiras de açúcar tinham acesso, era o chamado "Mercado Livre Mundial", que se encontrava saturado.

A expansão da agro-indústria açucareira principalmente a de São Paulo, na década de 50, pode ser observada na Tabela n.º 2, onde o Estado de São Paulo teve um índice de crescimento acima de 250%.

TABELA N.º 2 — PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM SACAS DE 60 KG
1950/51 A 1958/59

Ano	São Paulo	Brasil	Usinas de Catanduva
1950/51	6.729.784	24.800.000	—
1954/55	13.167.944	33.500.000	81.109
1959/60	20.859.885	50.864.051	219.243

Nessa conjuntura de crescimento do parque açucareiro paulista, a década de 60 se caracterizou principalmente pela busca do IAA, de novas vin- culações ao mercado mundial.

Andrade (1976) apontou várias causas que contribuíram para o cresci- mento das nossas exportações a partir da década de 60.

1.º A implantação do sistema socialista em Cuba que veio contrariar os interesses das empresas norte-americanas proprietárias das grandes agro-indústrias de açúcar daquele país, e que cancelaram a quota do for- necimento de açúcar cubano ao mercado norte-americano.

2.º A expansão da agricultura canaveieira em áreas mais favoráveis, sobretudo no Sudeste e Sul, onde se pode fazer uma agricultura com maior índice de mecanização e obter uma mais elevada produtividade agrícola, com a diminuição dos custos de produção.

3.º A política de comércio exterior mais agressiva pelo governo bra- síleiro.

4.º Além da ascensão dos preços do açúcar no mercado mundial.

A política que influenciou o desenvolvimento da agro-indústria cana- vieira no Brasil, durante a década de 60, tinha segundo Szmreczanyi (1978), dois objetivos:

a) incrementar as exportações brasileiras de açúcar;

b) ampliar a capacidade produtiva das usinas e das lavouras de cana, pois, ela se baseava na capacidade ociosa então existente nas usinas do Centro-Sul e os excedentes exportáveis do Nordeste, que seriam sofrida- mente absorvidos pela crescente demanda interna e externa do produto.

De acordo com Szmreczanyi (1978) as primeiras medidas concretas com vistas para a exportação de açúcar, foram através dos decretos n.º 50.818, de 22/06/1961 e n.º 51.104, de 01/08/1961 criando respecti- vamente a Divisão de Exportação do IAA e o Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canaveieira. Ainda no mesmo ano em 17/11/1961, foi criado no IAA, um Fundo de Consolidação e Fomento da Agro-Indústria Canaveieira, sendo a motivação principal desse decreto, o de "criar as condições para o surto das vendas brasileiras de açúcar no Exterior".

Outro aspecto a salientar nesse período segundo Szmreczanyi (1978) foi a importância dada pelo governo federal ao planejamento a longo prazo, e o desejo de integrar o crescimento da agro-indústria canaveieira aos demais setores da economia nacional, firmando em junho de 1962, através do IAA, um convênio com o Banco do Brasil — visando o amparo finan- ceiro de projetos destinados a assegurar um melhor aproveitamento da terra- nas zonas canaveieiras, garantindo um abastecimento regular da matéria- prima para agro-indústria. No ano de 1963, o IAA organizou um "Pro- grama Diretivo para a Política Açucareira Alcooleira" e posteriormente recebeu o nome de "Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional" através das resoluções n.º 1.761 e 1.762, de 12/12/1963, passando a produção açucareira nacional para 100.000.000 até 1971, sendo 80.000.000 para o mercado interno e 20.000.000 para o mercado externo e para a formação de um estoque regulador. Cerca de 60% da produção adicional

seriam das usinas já existentes e outros 40% das novas usinas que haviam sido previstos pelo "Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional".

Com o novo "Plano de Expansão" nesse início da década de 60, surgi- ram mais duas usinas de açúcar e álcool na área de Catanduva, a Cerra- dinho e a São José da Estiva. A usina Cerradinho (antiga Romão), foi fundada em abril de 1963, no município de Catanduva, pela família Romão, denominada Usina Açucareira Romão S/A. No ano de 1973, o Sr. José Fernandes passou a ocupar 93% das ações tornando-se sócio majoritário.

A usina São José da Estiva foi implantada no município de Novo Hori- zonte no ano de 1964. A São José da Estiva surgiu com a transferência da Usina Chibarro de Araraquara, comprada pelo Sr. Jamil Jacob, do grupo Biazzini. Na transação 80% do capital ficou para o Sr. Jamil Jacob e 20% para o grupo Biazzini. A usina Chibarro é outro exemplo de deslo- camento das empresas das áreas tradicionais do Estado para as novas áreas do Planalto Ocidental Paulista, e sobre o assunto, o Editorial da Revista Brasil Açucareiro (1951) já dizia o seguinte: "A proximidade de pequenas fábricas uma das outras, a deficiência de terras ao redor, não representa impedimento material que se transformem em grandes fábricas, bastando para consegui-lo, promover a mudança de habitat de zona exígua para zona ampla". Atualmente, o Sr. Jamil Jacob é sócio minoritário, sendo que a maioria das ações da empresa pertence ao grupo Biazzini novamente.

Entretanto, o início da crise do setor açucareiro ocorreu em meados de 1964, quando se deu uma queda nos preços do açúcar no Mercado Livre Mundial. Este fato afetou as exportações do país com um grande aumento da produção açucareira nacional. Szmreczanyi (1978) mostra que os esto- ques do IAA, que na safra de 1964/65 foi de 12.000.000 de sacas, passou para 27.000.000 em junho de 1966 e 35.000.000 em setembro do mesmo ano. Esta foi sem dúvida, uma das piores crises da agro-indústria cana- vieira nacional, pois, o Estado de São Paulo, que alcançou na safra de 1965/66 mais de 42.000.000 de sacas (contra 27.000.000 na safra anter- ior) deixou de colher e moer cana equivalente a 13.000.000 de sacas, resultando conflitos entre usineiros e fornecedores.

E Szmreczanyi (1978) coloca que no final da década de 60, o IAA levou avante as suas políticas de concentração e modernização, que pros- seguiu pela década de 70, dando origem a atual estrutura agro-industrial canaveieira, tendo como objetivo torná-la mais competitiva no mercado internacional. A partir de 1968, o fomento das exportações, foi a estratégia desenvolvimentista do país, tornando a produção competitiva em termos de preço e qualidade.

Esses estímulos ao crescimento da agro-indústria canaveieira paulista nos primeiros anos da década de 60, como a política de concentração e moder- nização no final dessa década, contribuíram para a ampliação da produção das usinas instaladas na área de Catanduva, conforme a Tabela n.º 3.

A ampliação da produção açucareira alcooleira nacional e paulista, foi segundo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1972) devido: a) ao crescimento contínuo do

mercado interno de açúcar e álcool; b) ao considerável aumento das exportações de açúcar; c) a uma política de expansão da lavoura canavieira estabelecida pelo IAA, nesta década; d) ao incremento da capacidade de produção instalada nas usinas.

TABELA N.º 3 — PRODUÇÃO DE AÇÚCAR
1960/61 A 1969/70 — SACAS DE 60 KG

Ano	São Paulo	Brasil	Usinas de Catanduva
1960/61	23.973.077	54.349.757	246.963
1964/65	26.814.502	59.421.844	378.229
1969/70	31.504.655	72.215.665	835.643

Com a implantação de mais duas usinas de açúcar e álcool na área em estudo nessa década, começa-se a se esboçar um pequeno embrião no setor de Catanduva com as usinas nos municípios de Novo Horizonte, Catanduva e Ariranha.

II — O PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DO INÍCIO DA DÉCADA DE 70 E SUA INFLUÊNCIA NA ÁREA EM ESTUDO.

Na década de 70, o IAA continuou a questionar o problema da competitividade do açúcar no exterior, através do tamanho e capacidade instalada das usinas, do grau de eficiência do sistema produtivo, o sistema de comercialização tanto das atividades agrícolas como das industriais. Apesar desse estudo estar definido nos anos 60, a sua prática só se efetivou a partir da década de 70 com a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e da Lei n.º 5.654, de 14/05/71, que implantou o Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira — posteriormente denominado Programa de Apoio à Agro-Indústria Açucareira em março de 1973. Esses programas do IAA visavam a *melhoria da qualidade da matéria-prima e a racionalização da produção* e estavam conectados com mais dois programas em prática: a) o de financiamento da fusão e da racionalização das empresas agro-industriais canavieiras; b) o da construção de terminais açucareiros — instalações de armazenagem e de embarque a granel, nos principais portos exportadores de açúcar do país: Recife, Maceió e Santos. A Lei n.º 5.654 estabeleceu que o limite global passou a ser o somatório dos contingentes estaduais. Buscava-se, então possibilitar o crescimento da produção de açúcar dos Estados nas usinas que continham melhores condições e abrir a possibilidade de reajustamento de quotas oficiais de produção para as usinas, mediante simples atos do presidente do IAA. No mesmo ano, o Decreto-lei n.º 1.186, de 19/06/71, concedia estímulos financeiros à fusão, incorporação e realocização das unidades industriais açucareiras/alcooleiras (Szmereczanyi, 1978).

Tanto a Lei n.º 5.654 como o Decreto-lei n.º 1.186 — ambos de 1971 — estabeleceram as bases do processo de consolidação da modernização da agricultura canavieira e revelaram vários dispositivos do Estatuto da lavoura canavieira, valorizando a concentração empresarial e a concentração de terras através da absorção de quotas das usinas incorporadas e dos fornecedores.

Através desse decreto-lei n.º 1.186 concedeu-se estímulos à fusão e incorporação de usinas e “legalizou” os mecanismos que acelerariam os processos de concentração de terras e rendas no setor agro-industrial canavieiro, embora esses processos de concentração já viessem ocorrendo antes da década de 70. No Estado de São Paulo, esse decreto-lei foi o principal responsável pelo encerramento das atividades de 23 pequenas usinas de açúcar e álcool (Bray e Ferreira, 1983).

Sobre o assunto, Queda (1978) diz:

“Esse decreto-lei é entendido como um dos elementos componentes da política geral posta em prática no país, nos últimos anos”.

Essa conjuntura propiciou uma grande expansão territorial do monopólio das agro-indústrias em São Paulo e no país. Dentro desse contexto, tanto o PLANALSUCAR como o Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira tiveram um desempenho favorável devido ao crescimento do volume e dos preços das exportações do produto, resultando nos reflexos positivos sobre o Fundo Especial de Exportação¹. Esse fundo foi utilizado para a modernização de equipamentos industriais, incorporações de usinas, compras de terras, mecanização, implementos agrícolas e criação pelo governo, de uma melhor infra-estrutura para a exportação do açúcar.

Sobre os efeitos do Fundo Especial de Exportação, Andrade (1981) tem a seguinte opinião:

“O reequipamento industrial das usinas e a realocização para áreas diversas, menos disputadas e de terras mais baratas, provocou, naturalmente, a concentração de renda, uma vez que os empréstimos eram feitos a juros negativos e com período de carência ponderáveis, fazendo expandir a cana-de-açúcar por áreas anteriormente dedicadas às culturas alimentares”.

Esse Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira provocou um estímulo e teve conseqüência na ampliação da produção açucareira nacional paulista e principalmente na área em estudo, conforme Tabela n.º 4.

¹ Os preços pagos aos produtores pelo IAA (por lei, o único exportador) eram inferiores aos valores por ele recebidos, e o IAA conseguiu formar (graças também à conjuntura favorável das vendas externas) saldos vultosos para o seu Fundo. Com esses saldos o IAA ampliou sua política de modernização da indústria canavieira. Em 1973, através do Decreto-lei n.º 1266, o IAA procurou dinamizar mais o Fundo, através de empréstimos para as usinas (Szmereczanyi, 1978).

TABELA N.º 4 — PRODUÇÃO DE AÇÚCAR
1970/71 A 1969/70 — SACAS DE 60 KG

Ano	São Paulo	Brasil	Usinas de Catanduva
1970/71	83.327.684	40.606.083	1.150.554
1974/85	112.0009.625	55.771.145	1.818.845

FONTE: IAA.

Para aumentar a produção de açúcar em virtude do Programa de Racionalização e do Funprosucar — Fundo Especial de Exportação, as usinas da área de Catanduva passaram a investir na melhoria dos equipamentos industriais e agrícolas, e na aquisição e arrendamento de terras.

A usina São Domingos iniciou o arrendamento de terras no ano de 1974. Foi a partir da década de 70 que as agro-indústrias da área passaram a essa nova forma de monopolização de terras, além da compra.

Entretanto, fatores conjunturais externos vieram aniquilar as pretensões brasileiras de firmar-se como país exportador de açúcar². A queda do produto foi consequência do Brasil ter perdido o Mercado Preferencial Norte-Americano em 31/12/74, bem como tornou-se sem efeito o acordo açucareiro da Comunidade Britânica, quando do ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu (Szmrecsanyi, 1979).

A crise energética do país ocorrida a partir de 1973, devido à elevação dos preços do petróleo, provocou uma ruptura em relação à economia brasileira e seu desempenho de 1968/73³. Dentro dessa conjuntura, os grupos usineiros e fabricantes de equipamentos industriais do subsetor — Zanini (Sertãozinho) e Dedini “Codistil” (Piracicaba) — juntamente com o governo federal buscaram uma saída de substituição de energia através da agricultura canvieira.

Em 1974, o Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo e a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo publicaram um estudo sobre: O Potencial da Mistura Carburante na Solução da Crise de Combustíveis, onde diziam o seguinte:

“Os produtores de açúcar e álcool têm colocado várias vezes, frente às autoridades governamentais, a clara posição de defesa de uma política

² As exportações brasileiras de açúcar caíram de US\$ 1.261.000.000 (2.351.000 t. m.) em 1974, para US\$ 1.100.000.000 (1.731.000 t. m.) em 1975, e US\$ 307.000.000 (1.167.000 t. m.) em 1976 (Melo e Fonseca, 1981).

³ O preço do petróleo importado pelo Brasil passou de setembro de 1973 para janeiro de 1974 de cerca de US\$ 3 para US\$ 12 o barril. O Brasil que gastou US\$ 469 milhões com a importação do petróleo em 1972, teve que despende US\$ 2.840 milhões em 1974 (Melo e Fonseca, 1981).

para orientar o incremento da produção de álcool anidro para ser misturado à gasolina automotiva.

Nesse sentido elaboraram em agosto de 1972 um trabalho intitulado: Subsídios para uma política de Mistura Carburante, no qual era feita uma série de sugestões, as quais antecipavam soluções para os problemas enfrentados no presente em decorrência da condição brasileira de grande importador de petróleo. É portanto, dentro de uma linha de pensamento bastante coerente com as posições anteriormente assumidas, que o SIFAESP e COPERSUCAR, mais uma vez saem em defesa de uma política para o álcool, *que preserve os interesses maiores da economia brasileira...* A autorização dada, pela Resolução n.º 1.081 do Conselho Deliberativo do IAA em 16/05/74, para a instalação de novas destilarias autônomas seria um passo nesse sentido.”

O referido estudo da SIFAESP e COOPERSUCAR, colocava que se o objetivo era o aumento da produção alcooleira para posterior mistura com a gasolina, tendo em vista a economia deste combustível, era mais racional aproveitar-se em primeiro lugar da capacidade instalada das destilarias, que operavam com ociosidade, estimulasse o esgotamento de todo o potencial das mesmas e financiasse a sua modernização e incentivasse a implantação de novas destilarias, junto àquelas que ainda não as possuíam.

Assim, o aumento da produção que seria conseguido, teria um custo bem menor do que o gerado pela instalação de novas destilarias autônomas. Os investimentos industriais globais necessários para as novas destilarias anexas seriam em torno de 50% menores do que os destinados na implantação de destilarias autônomas, não se justificando portanto economicamente a Resolução n.º 1.081 que estimulou a criação dessas destilarias. Para a Coopersucar e SIFAESP a hipótese de instalação de novas destilarias anexas às usinas que no momento não produziam álcool, encontraria respaldo no volume de produção que poderia ser obtido desse incentivo. É nesse contexto que surgiu o PROÁLCOOL.

III — O PROGRAMA NACIONAL DO ALCÓOL (PNA) E O SURGIMENTO DAS NOVAS DESTILARIAS AUTÔNOMAS,

O PROÁLCOOL é um programa federal, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAL — Comissão Executiva Nacional do Alcool. O seu objetivo foi o de aumentar a produção de safras agroenergéticas, e a capacidade industrial de transformação, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico.

Entretanto, o Estado Nacional com o PROÁLCOOL veio resolver o problema do usineiro — com dívidas via Fundo Especial de Exportação — e dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo que tinham se estruturado para fazerem frente ao Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira/Alcooleira. Sobre o assunto Szmrecsanyi 1978 diz:

“Nem todas as usinas do país aplicaram de forma mais produtiva os recursos assim obtidos, e tudo teria ocorrido às mil maravilhas se as tendências do mercado internacional se tivessem mantido inalteradas... As exportações voltaram a se tornar gravosas, fazendo diminuir os recursos do Fundo de Exportação, bem como os níveis de preços pagos pelo IAA aos produtores, dificultando a amortização das dívidas por eles contraídas”.

E Ramos, 1983 diz:

“O que queremos dizer é que um plano de implicações tão importante na economia brasileira acabou sendo para atender especialmente os interesses dos grandes produtores do subsetor em estudo (usineiros e produtores de equipamentos “tradicionais”) e, por isso mesmo, enquanto não fosse equacionados os problemas decorrentes dos interesses de outros setores envolvidos (exemplo da indústria automobilística, que demorou muito para se integrar) aquele plano não se firmaria efetivamente”.

Sobre a questão em pauta, Melo e Fonseca (1981), aponta que o principal instrumento utilizado pelo governo brasileiro para estimular o aumento da produção de cana-de-açúcar e da capacidade industrial de transformação em álcool a partir de 1975, foi o crédito subsidiado concedido aos projetos aprovados pelo CENAL, e diz:

“As condições básicas de financiamento do PROÁLCOOL durante 1975/79 eram as seguintes: a) para fins agrícolas, 100% de financiamento a taxas de 13/15% (dependendo do tamanho do empréstimo) e reembolso de um (capital circulante) a doze anos (investimentos fixos); b) para fins industriais (destilarias), 80/90% de financiamento (dependendo da região), 15/17% de juros e 3/12 anos para pagamento”.

Até o momento, o PROÁLCOOL pode ser dividido em duas fases: a primeira de 1975/79, o programa previa chegar a uma produção de 3,0 bilhões de litros de álcool; e a segunda 1980/85, a meta estipulada foi de 10,7 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 170 mil barris de petróleo-dia.

A) A primeira Fase do PROÁLCOOL (1975/1979)

A partir de 1976, com o PROÁLCOOL, o álcool anidro carburante deixou de ser apenas um subproduto do açúcar, passando a ocorrer a intensificação de seu fabrico diretamente da cana-de-açúcar. Nesta fase inicial do PNA o Estado de São Paulo recebeu em torno de 30% do total dos financiamentos destinados aos Estados da Federação, como também às destilarias anexas às usinas tradicionais do açúcar e álcool, receberam mais investimentos do que as novas destilarias autônomas. Esse fato, pode ser explicado através da infra-estrutura existente nas tradicionais usinas paulistas no fabrico do álcool e ao problema da crise que atingiu o sub-setor (Bray, 1983).

Após o final de 1979, dos projetos aprovados para a instalação das destilarias autônomas e anexas nas áreas canavieiras do Estado, a maioria deles foram implantados nas tradicionais áreas canavieiras paulistas de Piracicaba na Depressão Periférica — Sertãozinho/Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema — no Alto e Médio Planalto Ocidental Paulista (Bray e Ferreira, 1984).

Nessa primeira fase do PNA, com as novas Destilarias Anexas e Autônomas formou-se no Médio Planalto Ocidental um novo centro açucareiro-alcooleiro paulista, que denominamos de área canavieira de Catanduva.

A Área canavieira de Catanduva que se estruturava desde a década de 50 e 60 com a implantação das 4 primeiras usinas de Açúcar e Alcool; após o PNA passou a se constituir no sexto pólo açucareiro/alcooleiro paulista, com a implantação das Destilarias Anexas às Usinas e mais duas novas Destilarias Autônomas: Colombo e Nardini (Tabela 5).

A Destilaria Colombo S/A, peprtencente à família Colombo de Santa Adélia, foi o primeiro grupo a ingressar no PROÁLCOOL na área canavieira de Catanduva. A família Colombo possui alambique desde a década de 60. O Sr. Hélio Colombo foi presidente da COPACESP — Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana do Estado de São Paulo Ltda., e foi antes de entrar para o PROÁLCOOL o principal produtor de aguardente do Estado, com uma produção de 17.000.000 de litros no ano de 1975.

A Destilaria Nardini Ltda. localizada no Município de Vista Alegre do Alto, pertence ao Sr. Aurélio Nardini, foi a segunda destilaria autônoma da área a ser enquadrada no PROÁLCOOL em 28/02/1978 (Tabela 5). O Sr. Aurélio Nardini é natural de Catanduva e foi funcionário e fornecedor de cana-de-açúcar para a Usina Catanduva em Ariranha. Em 1973 o Sr. Nardini construiu um Engenho e passou a produzir aguardente até 1977. Tanto o Sr. Nardini como os irmãos Colombo, foram os primeiros “pingueiros” a aderir ao PROÁLCOOL no Estado de São Paulo. A entrada dos produtores de aguardente para o mercado alcooleiro passou a ocorrer, quando a produção aguardenteira tornou-se alta, exigindo em consequência uma segurança maior para o produtor.

No período de 1975/79, Melo e Fonseca (1981), mostra que São Paulo foi o responsável por 55% do aumento verificado entre 1976 e 1980 da área colhida da cana-de-açúcar, seguido pelos Estados de Alagoas com 20,9%, Paraíba com 6,6%, Rio de Janeiro e Pernambuco 5,9%. O Estado de São Paulo que em 1976 possuía 34,5% da área plantada com cana-de-açúcar do país, ficava em 1980 com 39,3% e com quase 50% da produção total nacional desse produto. Esses dados refletem o papel que o Estado de São Paulo vem desempenhando na produção alcooleira nacional, conforme Tabela 6.

Em 1979, o PROÁLCOOL passou por um processo de transformação devido o segundo choque do petróleo e procurou romper com a primeira fase (1975/79) que envolvia a solução da crise dos produtores do sub-setor,, passando a ser um programa mais dirigido para uma alternativa de substituição de energia líquida. E sobre o assunto Ramos (1983), diz:

“Assim poder-se-ia falar em duas fases do programa: a que vai de seu surgimento até o segundo choque do petróleo (1975/79) na qual destaca a sua implementação, como solução para a crise do açúcar no mercado mundial; a segunda é a que se inicia em 1979 e se caracteriza por tal programa apresentar-se de forma mais evidente como uma alternativa energética, embora limitada”.

PROÁLCOOL NA ÁREA CANAVIEIRA DE CATANDUVA TABELA 5 — DESTILARIAS DE ÁLCOOL ENQUADRADAS NO

Destinatárias	Município	Data dos enquadramentos	Investimentos previstos (Cr\$ 1.000,00)			Agente financeiro
			Recursos próprios	Financiamentos pretendidos	Total	
Colombo S/A. (1.º)	Ararinha	03/05/76	4.116,4	—	4.116,4	—
Colombo S/A. (2.º)	Ararinha	20/08/79	57.747,0	116.743,0	224.499,0	Banco do Brasil
Usina S. Domingos	Catanduva	09/07/76	10.594,9	43.819,7	54.414,6	Badesp
Usina S. José da Estiva	Novo Horizonte	30/11/76	2.807,0	11.230,0	14.037,0	Banco do Brasil
Usina Catanduva	Ararinha	02/02/77	29.599,0	118.398,0	147.998,0	Banco do Brasil
Usina Cerradinho	Catanduva	02/02/77	9.843,0	39.375,1	49.218,9	Badesp
Destilaria Nardini (1.º)	Vista Alegre do Alto	28/02/78	15.350,1	—	15.350,1	—
Idem (2.º)	Idem	24/10/80	48.407,9	193.631,5	242.039,4	Banco do Brasil
Destilaria Itajobi S/A.	Itajobi	23/06/80	30.900,6	123.602,3	154.502,9	Banco do Brasil
Destil. Sta. Isabel Ltda.	Novo Horizonte	11/05/81	122.382,8	489.531,2	611.914,0	Banco do Brasil

FONTE: PNA.

TABELA N.º 6 — PRODUÇÃO DE ÁLCOOL —
1975/76 A 1979/80 — EM 1.000 LITROS

Ano	Area de Catanduva	São Paulo	%	Brasil	%
1975/76	12.495	362.286	65,25	555.627	100,00
1979/80	133.541	2.472.340	72,79	3.396.455	100,00

FONTE: CENAL.

B) A segunda Fase do PROÁLCOOL (1980/85) e o PRO-OESTE (PROCANA).

Com o segundo choque do petróleo em 1979 o preço do barril passou de US\$ 12 para US\$ 18. A partir desse contexto, a Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), traçou o objetivo de quadruplicar a produção de álcool até 1985, estabelecendo a segunda fase do PNA.

Nessa segunda fase do PNA, conforme Tabela n.º 7, ocorreu um substancial aumento dos financiamentos no país e Estado de São Paulo, além da continuação do crédito subsidiado. Sobre o assunto, Melo e Fonseca (1981), diz:

“Os financiamentos cobriram até 80% dos investimentos... Quanto à parte agrícola, os financiamentos podem atingir 100% do valor do orçamento”.

E dentro desse contexto de estímulos, para a expansão da agricultura energética no país — segunda fase do PNA — tendo como principal elemento a cultura da cana-de-açúcar, que surgiu o PROESTE (PROCANA) em São Paulo.

O programa denominado “Bases Para Um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo — PRO-OESTE”, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, procurou deslocar os recursos do CENAL para o Oeste de São Paulo (PROCANA), tendo como meta alcançar “o equilíbrio econômico regional” (PRO-OESTE, 1980).

Com a elaboração de um plano a favor da região Oeste Paulista, a Secretaria da Agricultura pretendeu atingir os seguintes objetivos:

— “Aproveitamento da infra-estrutura existente, sem necessidade de investimentos públicos adicionais para a sua consecução;

— inversão do fluxo migratório, face à criação de empregos diretos e indiretos necessários à consolidação do programa;

— interiorização do desenvolvimento pelo fortalecimento das economias regionais; e,

— preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como, manter a expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta da exportação”. (PRO-OESTE) — 1980.

Através dessas propostas principais, o documento do PRO-OESTE (1980), diz:

“O primeiro programa a ser estabelecido através do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Oeste do Estado de São Paulo, será o Programa de Expansão da Canavieicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA), o qual em plena integração com os objetivos do Governo Federal, pretende orientar o fluxo de recursos financeiros oriundos do PROÁLCOOL tornando o instrumento básico para o desenvolvimento da região oeste”.

TABELA 7 — TOTAL DOS FINANCIAMENTOS E O N.º DE DESTILARIAS ANEXAS E AUTÔNOMAS, APROVADOS ATRAVÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO ALCÓOL — CENAL
PERÍODO: 1980 A 1983(9) EM Cr\$ 1.000.000,00

	ANEXAS				AUTÔNOMAS			
	Financia- mento	%	N.º Dest.	%	Financia- mento	%	N.º Dest.	%
São Paulo	7.902,0	67	27	46	19.459,1	25	65	38
Outros Est.	3.861,1	33	21	44	57.572,0	75	105	62
Total País	11.763,1	100	48	100	77.031,1	100	170	100

(9) — Até 18/04/83.

— FONTE: CENAL.

Na justificativa do PRO-OESTE, ficou demonstrado que o estudo realizado sobre a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar no período de 1975/79, permitiu observar que, no caso da agricultura paulista, as áreas para cultivo de “energético”, vêm substituindo áreas com outras culturas, principalmente nas DIRA’S de Campinas e Ribeirão Preto. Entretanto, até 1985 — final da segunda fase do PNA — de acordo com o PROCANA, há que implementar a instalação de novas destilarias autônomas, e a canavieicultura deverá ser implantada em áreas não tradicionais canavieiras do Estado.

Através do PROÁLCOOL e PRO-OESTE, o Planalto Ocidental passou a partir de 1980 a receber um grande fluxo de investimentos via CENAL resultando na implantação de novas destilarias autônomas com grandes propriedades de cana-de-açúcar e na formação da área canavieira/alcooleira do Oeste Paulista, Catanduva e Vale do Paranapanema. Neste contexto da 2.ª fase do PROÁLCOOL e PRO-OESTE, foram enquadrados no CENAL mais duas Destilarias Autônomas na área canavieira de Catanduva, aumentando a capacidade de produção desse setor açucareiro/alcooleiro (Tabela n.º 5).

Em 1980, foi aprovado pelo CENAL os recursos para a construção da Destil (Destilaria Itajobi S/A), município de Itajobi. Essa destilaria pertence aos senhores José Pedro da Motta Salles e Antônio Salles Vanni. Os proprietários desde 1972 são agropecuaristas e possuem propriedades

com criação de bovinos no Mato Grosso. Com os recursos do PROÁLCOOL, passaram à construção da Destilaria em 1980 e possuem terras na área de Catanduva em nome da Pastoral São Pedro S/A.

A Destil iniciou a sua produção de álcool no ano de 1983, e tem a capacidade de produzir 60.000 litros por dia.

Em maio de 1981, foram aprovados os recursos pelo CENAL para a implantação da mais recente Agro-Indústria, a Destilaria Santa Isabel Ltda., no Município de Novo Horizonte⁴.

De 1975/83, das 74 destilarias autônomas aprovadas no Estado de São Paulo, 52 delas (70%) foram instaladas no Oeste do Estado, nas áreas canavieiras do Vale do Paranapanema Paulista, Catanduva e Oeste.

IV — A SITUAÇÃO ATUAL DAS AGRO-INDÚSTRIAS AÇUCAREIRAS E ALCOOLEIRAS DA ÁREA DE CATANDUVA.

Até o momento, o PROÁLCOOL apresenta-se como um programa que vem prestigiando, conforme o modelo político brasileiro, as grandes empresas rurais do subsetor. O fato do Programa valorizar a empresa agro-industrial de grande porte, levou conseqüentemente à uma maior monopolição da produção e das terras pelos grupos usineiros.

A questão da valorização da grande empresa agro-industrial através do Estado nacional (monopólio da produção e das terras cada vez mais crescente) foi reforçado, pela modernização agrícola via empresa rural. O governo federal vem prestigiando através de incentivos e subsídios as usinas de açúcar e álcool de grande porte, através da aquisição dos equipamentos industriais, maquinários agrícolas, implementos e insumos, subordinando cada vez mais a agricultura ao capital industrial. Essa subordinação vem contribuindo para que a agricultura canavieira se desenvolva em grande escala, mas com uma produtividade que normalmente não corresponde às expectativas, em virtude dos altos preços dos equipamentos. Sobre o problema, Graziano Neto (1982) diz:

“Esse comprometimento econômico da tecnologia moderna se dá seja devido ao seu elevado preço, seja devido ao fato de não trazer reflexos importantes na produtividade por área, não permitindo assim, a obtenção de acréscimos compensatórios na receita a ser obtida no empreendimento... Finalizando e dando um apanhado geral do exposto, diria que o capital industrial que controla o processo de modernização de nossa agricultura prejudica a própria acumulação de capital na economia à medida que, pela imposição de tecnologia e pelo controle de preços, afeta a rentabilidade no setor agrícola”.

⁴ Por ocasião do levantamento de campo nos anos de 1982/83, a Destilaria Santa Isabel Ltda., encontrava-se em construção.

Na área de Catanduva, como nas demais áreas estudadas do Estado de São Paulo, o fenômeno de aumento das terras próprias e principalmente das terras arrendadas também ocorre.

Na desenfreada procura de terras, os usineiros adquirem através da compra ou arrendamento, propriedades com 50, 70 e 100 km de distância da indústria. Esse aspecto distância/transporte vem diminuir a taxa de lucro da empresa, uma vez que o preço do transporte atualmente está tornando as terras com mais de 25 km de distância, anti-econômicas.⁵

A Tabela n.º 8, mostra que, o total das terras dos grupos usineiros atinge entre próprias e arrendadas 74.748 ha., onde as arrendadas ocupam 35% do total.

Esse fato sobre a ampliação das terras pelas agroindústrias a partir do início da década de 70, pode ser melhor observado pela Tabela n.º 9, que mostra o aumento de cana moída pelas usinas e destilarias da região de Catanduva, de 1970/71 a 1982/83 em 647%.

O arrendamento de terras que teve origem na área em 1974 na Usina de São Domingos, passou a ser também um instrumento utilizado em larga escala pelos usineiros a partir do PROALCOOL. Os grandes investimentos na modernização dos equipamentos industriais e agrícolas, levaram as agroindústrias liberadas pela Lei n.º 1.186 e da Lei n.º 5.654 a arrendarem terras, e explorarem diretamente a agricultura canavieira, ao invés de aumentar ou criar novas participações aos fornecedores.

A partir de 1971, o I.A.A. através do Decreto-lei n.º 1.186 e da Lei n.º 5.654, revogou vários dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, dando aos usineiros, maiores condições para atingir índices superiores de produtividade e conseqüente redução de seus custos de produção. Nesse contexto, o I.A.A. deixou de prefixar as quotas de cana fornecidas às usinas e passou a atuar segundo o critério de autorização da produção; fazendo com que, desta maneira, não mais exista a obrigatoriedade dos 40% de cana dos fornecedores (uma vez que esse dispositivo nunca foi cumprido). Evidencia-se assim, a partir da década de 70, uma exclusão gradativa da categoria dos fornecedores no cenário estadual, sobretudo porque, a partir do Programa de Modernização da Agroindústria Açucareira (1971), os fornecedores passariam a atrapalhar a expansão da produção dos grupos usineiros.

Na área canavieira de Catanduva, no ano de 1970/71, os fornecedores detinham 51,8% do total da cana moída, e na safra de 1982/83 a participação dos mesmos caiu para 21,8%. Entretanto, a produção da cana moída, conforme Tabela n.º 9, passou de 651.000 para 4.863.000 no mesmo período.

⁵ Na área canavieira de Catanduva, as terras que se localizam dentro de 1 raio de 10 km da usina, estão valorizadas o triplo em relação às propriedades com 70 km de distância.

TABELA 8

Terras Próprias e Arrendadas da Área Canavieira de Catanduva

Usinas e Destilarias	1960/63		1976/77		1978/79		1983/84	
	Própria (ha)	Arrendada (ha)						
Destilaria Nardini	—	72	480	72	912	192	3312	72
Destilaria Colombo	—	200	800	200	—	—	6000	6000
Destilaria Destil	—	—	—	—	—	—	63	842
Destilaria São Domingos	7200	—	—	—	10822	—	17000	7200
Usinas São Cerradinho	1440	—	4800	—	—	—	7200	4800
Usina Catanduva	—	—	—	—	10420	3490	10800	7950
Usinas S. José da Estiva	—	—	—	—	—	—	2667	—
Total							47242	26864

FONTE: Usinas e Destilarias da Área Canavieira de Catanduva.

TABELA 9 — CANA MOÍDA PELAS USINAS E DESTILARIAS NAS REGIÕES CANAVIEIRAS DO ESTADO DE S. PAULO — 1970/71 A 1982/83 (TONELADA)

Regiões	1970/71	N.º índice	1982/83	N.º índice
Jaú	3.958.000	100	14.140.000	257
V. Paranapanema				
Paulista	1.021.000	100	5.141.000	403
Catanduva	651.000	100	4.863.000	647
Rib. Preto-Sertãozinho	7.771.000	100	27.330.000	252
Piracicaba	10.284.000	100	26.327.000	156
Araquara	2.737.000	100	7.088.000	159
Oeste Paulista	110.000	100	5.366.000	4.778
TOTAL	26.422.000	100	90.255.000	242

FONTE: I.A.A. e ORPLANA.

De acordo com Bray e Ferreira (1984), nas regiões canavieiras do Estado, o papel do fornecedor diminuiu consideravelmente a partir de 1971, devido a uma maior modernização das usinas dessas áreas aliado ao Programa de Modernização da Agroindústria Açucareira. Com a implantação do PROÁLCOOL, as novas destilarias que foram implantadas no Planalto Ocidental Paulista, monopolizaram quase que totalmente a produção de cana-de-açúcar excluindo praticamente a participação dos fornecedores.

Na área canavieira de Catanduva, as destilarias autônomas que se instalaram após o PNA, baseiam-se exclusivamente no auto-abastecimento (cana própria), utilizando-se de um contingente de cana através dos fornecedores, pouco expressivo. Essa situação ocorre de forma generalizada nas novas destilarias que estão implantadas, e fez com que se concentre ainda mais a renda e a propriedade fundiária.

Na área canavieira de Catanduva, as 3 destilarias de álcool em funcionamento, auto-abastecem-se. A Destilaria Itajobi S/A (Destil), aparece com 30% de sua produção com fornecedores. Entretanto, possui na realidade apenas 1 (um) fornecedor, pois os demais são acionistas da empresa. A Destil possui (empresa) 63 ha, arrenda 842 ha (Tabela n.º 8) e produz 90.000 toneladas de cana, enquanto os “fornecedores” acionistas produzem 30.000, e o fornecedor 5.000 toneladas. A Destilaria Colombo S/A (conforme Tabela n.º 8) domina 6.000 ha de terras próprias e 6.000 ha de terras arrendadas e não possui fornecedores. Por outro lado, a Destilaria Nardini Ltda., domina 3.312 ha de terras próprias, 72 ha de arrendadas (Tabela n.º 8) e possui apenas 1 fornecedor.

Sobre o assunto, Ferreira e Bray (1983) esclarecem:

“No início da década de 70, devido aos altos preços alcançados pelo açúcar no mercado internacional e os incentivos do Fundo Especial de Exportação, os grupos usineiros do setor em estudo, investiram principalmente na modernização dos equipamentos industriais, mecanização agrícola e na aquisição de grandes áreas de terras, pois até 1973, o preço da terra não estava inflacionado e permitia um bom investimento para a am-

pliação da área de cana e como reserva de valor. Mas após 1974, com a crise do preço do açúcar no mercado internacional (quebra de Fundo Especial de Exportação) e com a implantação do PROÁLCOOL, os investimentos dos grupos usineiros na área, foram direcionados mais para a implantação de novas destilarias de álcool, do que na aquisição de terras, pois, o preço da terra aumentou com a inflação e passou a ocorrer um verdadeiro “rush”, como também uma acirrada disputa dos grupos usineiros à procura de terras para arrendamento”.

Também salientamos sobre o arrendamento de terras pelos grupos usineiros em detrimento da participação dos fornecedores, é de que as agro-indústrias canavieiras percebendo uma possível diminuição de taxa de lucro, estão procurando na agricultura em larga escala, ficar com parte dessa taxa que seria dos fornecedores. Nesse processo de racionalização de produção, os grupos usineiros na garantia da taxa de lucro em virtude da pressão do governo federal para os preços do açúcar e álcool, estão eliminando gradativamente a parte do solo que seria destinada aos fornecedores.

Ao observarmos a Tabela n.º 10, podemos notar a grande expansão das terras plantadas em cana-de-açúcar pelos usineiros da região em estudo, pois, de 18.784 ha em 1970, a cultura canavieira passou para 82.250 ha, quadruplicando em 14 anos.

Também podemos notar o avanço intenso da cultura de citrus que proporcionalmente cresce mais do que a cultura da cana-de-açúcar na região, em virtude da expansão das áreas cítricas de Bebedouro e Araquara.

O café, que na década de 70 foi o principal produto econômico da região, apesar de ter aumentado em área, vai perdendo a sua hegemonia para a cana-de-açúcar.

Quanto às culturas alimentares mais importantes na área, como o milho, o arroz e o amendoim sofreram um decréscimo significativo na produção. Esse decréscimo, pode ser explicado, tanto pelo desestímulo dos órgãos oficiais ao cultivo desses produtos, como do avanço da cultura canavieira, citrus e café. Por outro lado, o feijão, que não é um cultivo expressivo na região, duplicou a sua produção nesse período.

Podemos avaliar que na área em estudo, o avanço da agricultura canavieira em propriedades de culturas alimentares existe; entretanto, o que ocorre é uma valorização das culturas de grande valor comercial e de empresas modernas como o citrus, o café e a agro-indústria canavieira. Por outro lado, existe pouco incentivo e com uma menor taxa de lucro para os produtores de milho, arroz, feijão e amendoim.

Na realidade, a grande expansão da cana-de-açúcar na área canavieira de Catanduva, ocorreu principalmente nas áreas de pastagens pobres, cerrados e capoeiras, onde o preço da terra era mais baixo e o arrendamento mais fácil para os usineiros.

ÁREA (ha) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CANAVIEIRA DE CATANDUVA;
ANOS DE 1970 E 1984

Municípios:	Amendoim:		Arroz:		Feijão:		Milho:		Cana-de-Açúcar:		Café:		Laranja:	
	1970	1984	1970	1984	1970	1984	1970	1984	1970	1984	1970	1984	1970	1984
Catanduva	464	150	1062	700	289	95	2790	900	3088	12100	5735	4500	433	1250
Catiguá	172	50	277	400	54	110	555	400	3882	11800	2054	1700	196	400
Paraiso	76	50	1357	500	42	210	450	977	977	5000	1125	1600	537	3500
Ibirá	95	121	3173	850	66	50	3089	1100	04	1150	1738	2000	15	730
Itajobi	957	800	4770	1200	206	80	4710	800	—	2600	3714	6000	100	2300
Novo Horizonte	616	700	3572	800	143	300	4681	900	1134	4000	4114	6000	308	600
Pindorama	793	300	785	1200	327	270	2756	1300	880	3800	3744	3000	76	270
Palmares Paulista	26	30	378	4300	59	50	445	250	2395	5800	1123	550	95	130
Santa Adélia	2327	400	1391	500	297	150	2796	1000	277	5300	1071	1800	232	2000
Ararinha	389	300	378	4300	49	210	926	2200	2915	7000	1813	1300	54	400
Tabapuã	202	80	3104	1000	443	1300	5068	1200	332	5000	5338	5400	431	5000
Uchôa	09	—	1498	2500	104	100	2862	2500	190	2000	2536	2400	46	1250
Urupês	354	—	2551	2000	150	150	2090	2500	02	1250	3615	5100	16	600
Irapuã	90	—	1800	1500	12	750	1869	2000	87	1200	2226	3600	—	500
Cândido Rodrigues	555	—	341	489	74	—	511	726	—	650	48	40	530	600
Bororema	396	—	4485	1700	23	800	3752	4000	1021	3000	1192	5300	44	1500
Fernando Prestes	1631	—	1125	800	113	20	1856	1500	24	1500	203	800	682	2350
Itápolis	755	—	6035	6000	161	1300	4984	7200	1240	6100	5309	9000	629	1000
Vista A. do Alto	358	—	485	150	83	10	929	400	386	3000	450	400	140	1300
Total Regional —	10265	2981	38449	26729	2695	5955	48474	31326	18784	82250	47148	60490	38449	26729

FONTE: Censo Agrícola do IBGE — 1970.
Instituto de Economia Agrícola — 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A formação da região canvieira de Catanduva está ligada a quatro aspectos que consideramos fundamentais:

a) O primeiro, refere-se à Resolução n.º 501, do IAA, de fevereiro de 1951, que abriu perspectivas para a ampliação da produção açucareira fora das áreas tradicionais do Estado de São Paulo, tornando-se importante para o aparecimento das primeiras usinas na área em estudo no Médio Planalto Ocidental Paulista, a oeste das regiões canvieiras tradicionais do Alto Planalto Ocidental, como as de Ribeirão Preto/Sertãozinho e Araraquara;

b) O segundo, abrange o aumento das exportações a partir da década de 60 com a implantação do regime socialista em Cuba — e a perda desse país do mercado preferencial norte-americano — e as primeiras medidas concretas do Estado nacional com vistas para a exportação. No ano de 1961, foram criados: A Divisão de Exportação do IAA, o Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canvieira e o Fundo de Consolidação e Fomento da Agro-Indústria Canvieira. Em 1962, foi o período de importância dada pelo governo federal ao planejamento a longo prazo, e o desejo de integrar o crescimento da agro-indústria canvieira aos demais setores da economia nacional, firmando um convênio entre o IAA e o Banco do Brasil. Em 1963, o IAA criou um programa depois denominado — “Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional”. Com o novo Plano de Expansão e todo o incentivo governamental, surgiram mais duas usinas de açúcar e álcool na região em estudo;

c) O terceiro, envolve as pressões dos grupos usineiros das áreas tradicionais, no deslocamento de novas usinas fora da área de concorrência da expansão monopolista de terras desde o início da década de 50 e abrangendo a década de 60, com o deslocamento da Usina Chibarro da região canvieira de Araraquara para a de Catanduva, no município de Novo Horizonte, com o nome de São José da Estiva. A pressão dos grupos usineiros tradicionais para que as novas agroindústrias se instalassem fora de suas áreas de expansão, como também, o deslocamento de antigas usinas para as novas áreas canvieiras do Estado, sempre foi uma constante, culminando com o PRO-OESTE no PROÁLCOOL.

d) O quarto aspecto decisivo para a formação da Zona Canvieira de Catanduva, foi a criação do PROÁLCOOL e a existência de grandes alambiqueiros na área. Com o PROÁLCOOL, os alambiqueiros aderiram a esse programa e fundaram as primeiras destilarias autônomas (Colombo e Nardini). Esses alambiqueiros — transformaram-se nos “pingueiros” do PROÁLCOOL — foram os primeiros “pingueiros” a aderirem ao PNA no Estado de São Paulo. Com o PROÁLCOOL e as novas destilarias anexas e autônomas implantadas, consolidou-se a região canvieira de Catanduva no final da década de 70, como um novo pólo canvieiro/açucareiro/alcooleiro no Médio Planalto Ocidental Paulista.

BIBLIOGRAFIA:

- ALCANTARA F.º J. B. & SILVA, J. G. da (1981) — Uma Alternativa não Concentradora para o PROÁLCOOL: A Pequena Unidade de Produção e a Micro/Mini Destilaria. Campinas, *ABRA*, 11 (1): 37-44.
- ANDRADE, M. C. (1976) — Comércio Intersacional e Distribuição Espacial da Produção de Açúcar no Brasil. *Bol. Paulista de Geografia*, 51: 15-30.
- BORGES, Júlio M. (1981) — Viabilidade Econômico-Social do Programa Nacional do Alcool. *Congresso Brasileiro de Alcoolquímica*, 1.º. São Paulo.
- BRAY, Sívio C. (1980) — *A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, S.P.
- . (1984) A Política do IAA na década de 70 e seus Reflexos na Área Canavieira do Vale do Paranapanema. *Bol. Paulista de Geografia*, 61: 105-117.
- . (1983) — Agricultura Energética. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.
- BRAY, Sívio C. & FERREIRA, E. R. (1983) — As Agro-Indústrias e a Formação do Setor Canavieiro de Araras. *Bol. Geografia Teórica*, 13 (25): 57-68. Rio Claro-SP.
- . (1984) — Influência do PROÁLCOOL e do PRÓ-OESTE nas Transformações das Áreas Canavieiras do E.S.P. *Geografia*, 9 (17-18): 101-113. Rio Claro, AGETEO.
- . (1984) — O Monopólio da Produção Canavieira Paulista Pelos Grupos Usineiros a Partir de 1970; A Diminuição dos Fornecedores de Cana. 5.º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais: 143-149. Santa Maria, RS.
- BUENO, Ricardo (1980) — *PROÁLCOOL: Rumo ao Desastre*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO E.S.P., IEA (1980) — *Bases para Um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo — PRO-OESTE*.
- MELO, F.H. & FONSECA, E.G. (1982) — *PROÁLCOOL, Energia e Transporte. Estudos Econômicos*. São Paulo, FIPE/Pioneira.
- QUEDA, O. (1972) — *Intervenção do Estado e a Agricultura Açucareira Paulista*. Tese de doutoramento. Piracicaba, ESALQ/USP.
- . (1978) — Concentração de Rendas e de Terras: Fenômeno Geral ou Particular? *Simpósio sobre Sócio-Economia Canavieira*. FCAVJ-UNESP. ANAIS: 107-112.
- RAMOS, Pedro (1983) — *Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo — (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FGV — Escola de Administração de Empresa de São Paulo.
- SAINT, W.S. (1981) — Agricultura Energética: Opções Sociais no Programa Nacional do Alcool no Brasil. Campinas, *ABRA*, 11 (1): 16-31.
- SAMPAIO, R.R. (1984) — *As Agro-Indústrias do Setor Açucareiro e Alcooleiro de Porto Feliz*. Estágio de Especialização. Rio Claro, Departamento de Planejamento Regional, Campus de Rio Claro, UNESP. pp. 66.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO ALCÓOL NO ESTADO DE SÃO PAULO (1972) — *Subsídios Para Uma Política de Mistura Carburante*.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ALCÓOL NO ESTADO DE SÃO PAULO E COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTOS DE AÇÚCAR E ALCÓOL DO E.S.P. (1974) — *O Potencial da Mistura Carburante na Solução da Crise de Combustível*.
- SZMRECSÁNYI, T. (1978) — O I-A-A como Órgão de Planejamento e Controle; Atuação e Redirecionamento. *Simpósio sobre Economia Canavieira*. ANAIS. Jaboticabal, FCAVJ-UNESP, 31-73.
- . (1979) — *O Planejamento da Agro-Indústria Canavieira no Brasil*. (1939-1975). Tese de Doutoramento. São Paulo, UNICAMP/Hucitec.
- THOMAZ JR., A. (1983) — *As Agro-Indústrias e as Propriedades Fornecedoras de Cana-de-Açúcar no Município de Jaboticabal*. Estágio de Iniciação Científica. Rio Claro, Departamento de Planejamento Regional-IGCE, UNESP.
- VEIGA FILHO, A.; GATTI, E.U. & MELO, N.T.C. (1980) — *O Programa Nacional do Alcool e Seus Impactos na Agricultura Paulista*. São Paulo, Governo do E.S.P., Secretaria da Agricultura — Instituto de Economia Agrícola.

SUMMARY:

The present work had an objective to analyse the questions between the hemp field agriculture and the National State, principally across the agriculturist politic of Sugar and Alcohol Institute and the Alcohol National Program, in the Sugar/Alcohol Sector of the new estruturation named Catanduva hemp field area.

In the the formation process of Catanduva hemp field area we consider four fundamental aspects:

a) The first, concerns to 501 Resolution of I.A.A. — Sugar/Alcohol-Institute-1951. What opened perspectives for the ampliation of sugar production out of traditional areas of S. Paulo State.

b) The second aspect, include the ampliation of Sugar exportations from the begining of 60 Decade losing Cuba of the Preferencealy Nort-America market-and the first measures directed for exportation in 1961 were: the criation of the Divisão de Exportação do IAA, Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canavieira and Fundo de Consolidação e Fomento da Agro-Indústria Canavieira. In 1963 the IAA criates the Expantion Plane of National Sugar Industry.

c) The third, involves the influence of the tradicional agro-industry groups, in the dislocation of the new agro-industry out of the concorrent area of expantional monopolistic of lands.

From the beginning of 50 Decade and including 60 Decade the pressions continue finishing with the dislocation of Chibarro Agro-Industry out of Araraquara hemp field to Catanduva, in Novo Horizonte township, named São José da Estiva Agro-Industry.

d) The fourt aspect, for estruturation of Catanduva hemp field area was the criation of PROALCOOL and the existence of big alembic this Program and fount criation of PROALCOOL and the existence of big alembic men in the area, With the PROALCOOL, the alembic men adhere to this Program and fount the first autom Distillation (Colombo and Nardini) the area.